

**CONTABILIDADE AMBIENTAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
OBRIGATÓRIAS: INFORMAÇÕES AMBIENTAIS RELEVANTES NAS NOTAS
EXPLICATIVAS**

AUTORAS

ANA MELISSA DA CUNHA

Universidade Federal de Santa Catarina

anamel_mel@yahoo.com.br

BERNADETE LIMONGI

Universidade Federal de Santa Catarina

bernadetelimongi@yahoo.com.br

KAMILLE SIMAS EBSSEN DE PAIVA

Universidade Federal de Santa Catarina

kamille_ufsc@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é detectar as informações ambientais que podem ser encontradas nas Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Obrigatórias dos anos de 2007, 2008 e 2009, das companhias abertas que atuam no setor de distribuição de água e saneamento. Esta pesquisa foi classificada como descritiva quanto aos objetivos, documental e bibliográfica quanto aos procedimentos e quali-quantitativas quanto à abordagem dos dados. Os resultados encontrados apontam que as informações relacionadas ao meio ambiente encontradas nas Notas Explicativas das companhias abertas analisadas tratam de: ações judiciais decorrentes de danos causados ao meio ambiente, separadas entre perdas prováveis e possíveis; cláusulas de contratos que envolvem a implantação de instalações de tratamento de esgoto; cálculos de provisões relacionadas a ações judiciais em andamento; posse de ativos ambientais, como terrenos e florestas protegidos ambientalmente e registrados no Ativo Imobilizado do Balanço Patrimonial; e termos de ajustamento de conduta – TACs – firmados entre as companhias e o Ministério Público dos respectivos estados em que as empresas atuam.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. Notas Explicativas. Meio Ambiente.

**ENVIRONMENTAL ACCOUNTING AND FINANCIAL STATEMENTS REQUIRED:
ENVIRONMENTAL RELEVANT INFORMATION IN NOTES**

Abstract: The objective of this paper is to detect the environmental information published by the joint-stock companies in their Notes on the Financial Statements issued in the years 2007 to 2009. Such companies operate in the water supply and sanitation. This research can be classified as descriptive in what concerns its aims: As to its procedures bibliographical and documentary research was undertaken. The approach to the data collected was quali-quantitative. The results indicate that information related to the environment found in the Notes of the companies analysed deal with lawsuits arising from damage to the environment, separated into probable or possible losses; clauses in contracts involving sewage installation and treatment facilities; calculations of provisions related to lawsuits; possession of environmental assets such as land and environmentally protected forests belonging to the Assets of the Balance Sheet; and terms of Conduct Adjustments (TACs), signed by the companies and the prosecution of the respective states in which the companies operate.

Keywords: Environmental Accounting. Notes. Environment.

1 Introdução

O objetivo da contabilidade é o fornecimento de informações econômicas para os vários usuários de forma que propiciem decisões racionais (IUDÍCIBUS, 2009). A contabilidade ambiental é a esfera de atuação da contabilidade tradicional que deve prover os *stakeholders* com informações relacionadas ao desempenho da empresa em relação ao meio ambiente para tomada de decisão.

À medida que há uma melhor conscientização da valorização do meio ambiente, surge uma necessidade de se conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. E aí que aparece a contabilidade ambiental como uma vantagem competitiva, na medida em que passa a ser uma fonte de informação empresarial, por identificar, mensurar e registrar os fatos internos e externos à entidade. (NASÁRIO, 2002).

Dentre as questões atuais relacionadas ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, o gerenciamento do consumo de água, recurso não renovável, tem obtido destaque no âmbito político, social, econômico e científico merecendo a atenção de todas as nações. “Os países hoje em dia são avaliados pela forma como sabem usar, e não pelo que têm de água. Porque é mais importante hoje saber usar a água do que ostentar a abundância”. (REBOUÇAS, *apud* TRIGUEIRO, 2005, p. 114).

A água é um recurso natural finito indispensável à manutenção da vida. Além do consumo doméstico ela é o recurso natural mais utilizado por setores da economia como a agricultura e a indústria, e tendo em vista a limitação da produção e distribuição de água potável, faz-se necessário um controle rigoroso do seu consumo.

No âmbito do planejamento urbano, a administração pública adota algumas estratégias para o fornecimento desse recurso precioso à população. Em alguns países europeus a distribuição de água se dá através de empresas privadas. No Brasil, um dos meios pelos quais se faz a distribuição de água é através de empresas públicas ou de economia mista.

O objetivo deste trabalho é analisar as informações contábeis ambientais contidas em Notas Explicativas do conjunto de companhias abertas de distribuição de água e saneamento listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo – BM&FBovespa – no setor de Utilidade Pública, na seção de Água e Saneamento, que são: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP e Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR. A companhia Daleth Participações S.A. não compõe a amostra estudada por se tratar de uma empresa de participações em outras companhias e a Sanesalto Saneamento S.A. também não compôs a amostra, pois sua atividade se restringe a saneamento básico, não contemplando tratamento e distribuição de água.

2 Metodologia

A metodologia desta pesquisa foi classificada quanto a três aspectos distintos: i. quanto aos objetivos; ii. quanto ao procedimento técnico e iii. quanto a abordagem dos dados. Esta pesquisa quanto ao objetivo é classificada como uma pesquisa descritiva porque visa examinar as notas explicativas das empresas e relacionar quais informações podem ser encontradas pertinentes a questão ambiental.

Segundo Gil (1991), as pesquisas descritivas são aquelas que descrevem as características de determinada população ou fenômeno ou estabelecem relação entre as variáveis. Além da simples identificação da existência desta relação à pesquisa descritiva também pode determinar a natureza dessa relação. Neste caso, a pesquisa descritiva aproxima-se da pesquisa explicativa. O autor afirma ainda que a pesquisa descritiva é habitualmente utilizada por pesquisadores sociais que se preocupam com a atuação prática.

Esta pesquisa foi classificada quanto ao procedimento técnico como uma pesquisa documental e bibliográfica. Marconi e Lakatos (2001) afirmam que os processos para obtenção de dados são a documentação direta e indireta. A documentação indireta se divide em pesquisa documental e bibliográfica.

Segundo Heerdt e Leonel (2006) as fontes primárias que caracterizam a pesquisa documental englobam: documentos oficiais, publicações parlamentares e administrativas, documentos jurídicos, arquivos particulares, fontes estatísticas, iconografia, fotografias, canções folclóricas, estátuas, cartas, autobiografias e diários. Os mesmos autores citam os livros, boletins, jornais, monografias, teses, dissertações, artigos em fontes de papel e meio eletrônico, revistas, material cartográfico, anais de congressos, relatórios de pesquisa e publicações avulsas como fontes secundárias características das pesquisas bibliográficas.

A abordagem dos dados desta pesquisa foi classificada como quali-quantitativa. Segundo Richardson (1999) a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta das informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

Ainda de acordo com RICHARDSON (1999), a pesquisa qualitativa não tem a pretensão de numerar ou medir unidades, não empregando instrumentos estatísticos como análise dos resultados. Método que ajuda a entender de forma adequada algum fenômeno social.

A trajetória desta pesquisa foi constituída por duas etapas: a primeira etapa tratou do levantamento bibliográfico sobre os conceitos que seriam utilizados ao longo do trabalho: Gestão Ambiental, Contabilidade Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Companhias Abertas do Ramo de Água e Saneamento.

Na segunda etapa fez-se a coleta das Notas Explicativas referentes aos exercícios de 2007, 2008 e 2009 das empresas: Casan (SC), Copasa MG (MG), Sabesp (SP) e Sanepar (PR). As Notas Explicativas e demais informações das empresas Copasa MG, Sabesp e Sanepar foram obtidos nos sítios eletrônicos das respectivas companhias, e se tratavam dos arquivos enviados a Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As Notas Explicativas da Casan foram obtidos do sítio eletrônico da BM&FBovespa.

De posse das Notas Explicativas buscou-se todas as referências relacionadas aos termos “meio ambiente”, “ambiental” e “ambientais”. Todos os parágrafos que mencionaram estes termos foram listados para posterior análise. Após isso, fez-se a análise de conteúdo informacional destes parágrafos para identificar a natureza da informação reportada.

3 Fundamentação Teórica

Esta pesquisa está fundamentada em conceitos econômicos e ecológicos como a Gestão e a Contabilidade Ambiental, e o Desenvolvimento Sustentável. Segundo RIBEIRO (2006) urge conciliar os sistemas econômico e ecológico principalmente porque os dois interagem de modo que não é possível escolher entre desenvolvimento econômico ou meio ambiente saudável. Pelo menos não é possível essa escolha a longo prazo. No entanto, a questão de gestão ambiental não é uma novidade.

As ações para combater a poluição tiveram início com a Revolução Industrial, embora desde a Idade Antiga várias experiências foram realizadas para remover o lixo urbano que infestava as ruas das cidades, prejudicando a saúde de seus habitantes, e permitindo proliferação de grandes epidemias como a Peste Negra no século XIV. A partir da segunda metade do século XIX um intenso debate entre a comunidade científica e artística inicia-se com o objetivo demarcar áreas do meio ambiente a serem protegidas das ações humanas criando assim santuários onde a vida selvagem pudesse ser preservada. Um marco dessa

discussão foi à criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos no ano de 1872. (BARBIERI, 2007).

A gestão dos recursos naturais, assim como a gestão dos recursos humanos, desenvolvida pelos atores econômicos do mundo industrializado, e em função da contestação social, deverá tornar-se um corpo coerente de métodos, ferramentas e estratégias a ser consignado o mais rapidamente possível. (BACKER, 1995).

O gerenciamento ambiental constitui um conjunto de rotinas e procedimentos a serem adotados pela organização visando administrar com maior eficiência as relações decorrentes de sua atividade. (CARVALHO, 2008). A importância do gerenciamento ambiental se deve ao fato de que “a sociedade sobrevive dos benefícios gerados pelas atividades econômicas, sofrendo os impactos que dela se originam”. (SCHENINI, RENSI E CARDOSO; 2005, p. 39).

Qualquer proposta de gestão ambiental inclui três dimensões, no mínimo, que são: i. a dimensão espacial, que consiste na delimitação do espaço físico onde a gestão ambiental deve atuar e onde se dará os resultados desta gestão; ii. a dimensão temática que delimita quais questões ambientais serão envolvidas pela gestão ambiental, e iii. a dimensão institucional envolve as pessoas responsáveis pelo processo de tomada de decisão quanto a gestão ambiental. (BARBIERI, 2007).

De acordo com Shigunov Neto, Campos e Shigunov (2009) as pesquisas internacionais acerca da gestão ambiental principiaram ao fim da década de 1980, com maior impulso em meados da década de 1990, por pesquisadores como Elkington e Burke (1989), Bennett (1992), Backer (1995). No caso do Brasil, os autores mencionam as pesquisas de: Reis (1996), Donaire (1999), Vitterbo Jr. (1998), Moreira (2001), Andrade, Tachizawa e Carvalho (2002), Barbieri (2004), Philippi Jr, Romero e Bruna (2004) e Tachizawa (2005). Os autores deste artigo descrevem ainda o americano Diamond (2005) e os brasileiros Lerípio (2001), Tinoco e Kraemer (2004), Pfitscher (2004) e Seiffert (2007).

Alguns dos autores supracitados também desenvolvem pesquisas na área de contabilidade ambiental.

Contabilidade ambiental pode ser definida como o destaque dado pela ciência aos registros e evidências da entidade referente aos fatos relacionados ao meio ambiente. Não se configura em nenhuma nova técnica ou ciência mas em uma vertente da contabilidade tal como a contabilidade industrial, que estuda fatos específicos da área ambiental. (CARVALHO, 2008).

Segundo Paiva (2006), entende-se como contabilidade ambiental um subsistema da contabilidade que identifica, avalia e evidencia, eventos econômicos financeiros relacionados à área ambiental e serve como meio de comunicação entre empresas e sociedade. A contabilidade ambiental se trata, portanto, do ramo da contabilidade que reúne informações financeiras acerca da atuação da empresa em relação ao meio em que está inserida. A informação produzida deve ser utilizada pelos gestores de forma a alcançar o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável é umas das metas da administração moderna em função de fatores internos e externos as empresas. O Quadro 1 relata alguns desses fatores.

Fatores Internos	Fatores Externos
Custos de redução, reciclagem, remoção, tratamento e disposição de resíduos.	Pressão da comunidade local, de agências ou bancos financiadores, de seguradoras e de Organizações Não Governamentais
Redução de custos de matéria-prima e de produção.	Atendimento a legislação pertinente e prevenção contra ações judiciais.
Atualização tecnológica.	Novas regulamentações, regras e normas.
Otimização na qualidade dos produtos	Redução das despesas com multas e

acabados.	descontaminações.
Diretrizes e normas da empresa para a produção com qualidade total	Marketing, clientes e consumidores.
Diretrizes e normas para a gestão ambiental.	Vantagens na competitividade.
Obtenção de cultura organizacional interna, política e ecologicamente corretas.	Prevenção de acidentes ecológicos.

Quadro 1 – Fatores internos e externos inerentes ao desenvolvimento sustentável.

Fonte – Adaptado de Schenini (2005).

De acordo com os fatores apresentados no Quadro 1, pode-se concluir que as empresas que atuam de maneira responsável obtém um diferencial de mercado que não passa despercebido aos *stakeholders*.

As Demonstrações Financeiras Obrigatórias segundo a Lei nº. 6.404/76 e suas atualizações posteriores são: Balanço Patrimonial, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa e no caso de companhia aberta, Demonstração do Valor Adicionado. Partindo do pressuposto que as Demonstrações Financeiras Obrigatórias – DFCs - e suas Notas Explicativas devem refletir financeiramente a situação patrimonial da empresa, deduz-se que as DFCs e a notas também devem conter informações sobre o meio ambiente pois que, segundo Carvalho (2008, p. 103) “é inquestionável que a riqueza patrimonial das entidades tenha relação com o meio ambiente” e é imprescindível que os gestores tenham noção adequada desta riqueza.

Diante disso, é uma necessidade premente que as pessoas sejam bem munidas de informações para a tomada de decisão. Ferguson afirma que o pressuposto de alguns modelos econômicos neoclássicos é de que os indivíduos têm expectativas racionais, ou seja, extraem das informações disponíveis, conclusões economicamente ótimas. No entanto, como demonstra a pesquisa experimental, a maioria das pessoas é de uma incompetência atroz para avaliar o seu melhor interesse econômico, mesmo estando bem informada e com tempo para aprender. (FERGUNSON, 2007).

O objetivo deste trabalho é verificar quais informações relacionadas ao meio ambiente são encontradas na Notas Explicativas das DFCs das empresas do ramo de distribuição de água e saneamento listadas na BM&FBovespa.

Segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007) as Notas Explicativas são informações complementares às demonstrações contábeis integrando as mesmas. Podem ser usadas para descrever práticas contábeis utilizadas pelas companhias, para explicações adicionais sobre determinadas contas ou operações específicas e também para composição e detalhes de certas contas. A evidenciação é um dos objetivos básicos da contabilidade, de modo a garantir aos usuários informações completas e confiáveis sobre a situação financeira e os resultados da companhia, sendo que as notas explicativas que integram as demonstrações financeiras devem apresentar informações de maneira ordenada e clara.

O setor estudado foi composto por seis empresas que são: Casan, Copasa MG, Daleth, Sabesp, Sanepar e Sanesalto. Para fins deste estudo as companhias Daleth e Sanesalto não foram consideradas porque a primeira se trata de uma companhia de participações e a segunda não oferece o serviço de distribuição de água.

A análise das DFCs destas companhias deve ser feita tomando-se o cuidado de observar que tais empresas, em função de sua atividade, são altamente reguladas por agências nacionais, leis e outras normas que protegem os consumidores e o meio ambiente.

Entre elas pode-se destacar a Constituição Federal de 1988, artigo 225, que trata do Meio Ambiente salientando que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Constituição Federal de 1988, artigo 225).

Outras duas Leis de destaque na regulamentação ambiental são as Leis nº 6.938/81 e nº 9.605/98 e suas atualizações. A primeira trata da Política Nacional do Meio Ambiente e a segunda é a Lei dos Crimes Ambientais.

Dentro do Ministério do Meio Ambiente – MMA, existem órgãos reguladores que tratam da exploração dos recursos hídricos tais como o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA (colegiado vinculado ao MMA), a Agência Nacional de Águas – ANA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (órgãos vinculados ao MMA).

4 Análise das Notas Explicativas

A análise das Notas Explicativas sobre informações relacionadas ao meio ambiente teve como foco as Demonstrações Financeiras Obrigatórias de quatro companhias abertas com ações listadas na BM&FBovespa que atuam no ramo de distribuição de água e saneamento: Casan, Copasa MG, Sabesp e Sanepar.

4.1 Apresentação das empresas analisadas

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN é uma sociedade de economia mista, criada em 31 de dezembro de 1970 através da Lei Estadual nº. 4.547/70 e constituída em 02 de julho de 1971 com o objetivo de coordenar o planejamento e executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotos e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, em convênio com municípios do Estado. Herdou do antigo Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária - DAES, onze sistemas de abastecimento de água e dois sistemas de coleta de esgotos.

A empresa está presente em 205 municípios catarinenses e 01 paranaense, atuando diretamente nesses dois setores e atualmente os serviços prestados pela empresa cobrem quase todo o Estado de Santa Catarina. A empresa atende uma população de 2,3 milhões de habitantes com distribuição de água tratada e 319 mil com coleta, tratamento destino final de esgoto sanitário.

Um verdadeiro choque de gestão foi aplicado na empresa, sintetizado em ações administrativas, modernas e saneadoras. Assim, a CASAN pôde recuperar sua capacidade de investimento.

A Copasa MG foi fundada em 1963, pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sob a denominação Companhia Mineira de Água e Esgotos - COMAG, com a finalidade de executar a política estadual de saneamento básico à população do Estado de Minas Gerais. Em 1971, foi criado pelo Governo Federal o Plano Nacional de Saneamento – PLANASA, para atender as condições do plano o Departamento Municipal de Águas e Esgoto - DEMA, responsável pela prestação dos serviços de saneamento básico no Município de Belo Horizonte foi incorporado à COMAG em 1973 e, posteriormente, em 1974, sua denominação foi alterada para Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG. A Companhia realizou sua oferta inicial de suas ações em 2006, em abril de 2008 foi realizada uma oferta secundária de ações em que o acionista Município de Belo Horizonte alienou a totalidade de suas ações e o acionista - Estado de Minas Gerais - vendeu parte de suas ações, de forma a não perder o controle acionário.

As principais atividades da Companhia compreendem serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo planejamento, elaboração de

projetos, execução, ampliação, remodelagem e exploração de serviços de saneamento. Sua atuação é concentrada no Estado de Minas Gerais. A população beneficiada com os serviços de abastecimento de água aumentou em 354 mil pessoas no período de dezembro de 2008 a dezembro de 2009, atingindo 12,8 milhões de pessoas. Em relação aos municípios operados com os serviços de água, o número que era 600 em dezembro de 2008, passou para 603 no fechamento de 2009. Quanto às ligações de água, houve um acréscimo de 107 mil unidades, totalizando 3,4 milhões, aumento de 3,3% comparativamente ao 2008. A rede de distribuição de água foi ampliada em 902 km, perfazendo um total de 41.618 km.

A Sabesp é uma empresa de economia mista responsável pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos de 366 municípios do Estado de São Paulo. Desde 2002 a Sabesp possui ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo e Nova Iorque. Em número de clientes, pode ser considerada como uma das maiores empresas de saneamento do mundo. Atende 26,7 milhões de pessoas, quase duas vezes a população da Bélgica. Para oferecer serviços de qualidade, mantém uma gigantesca estrutura e nos últimos cinco anos investiu aproximadamente R\$ 5 bilhões. De 2009 a 2013 serão investidos R\$ 8,6 bilhões para manter os índices alcançados, ampliar a coleta e tratamento de esgotos e oferecer 100% de água tratada, 90% de esgotos coletados e 88% de tratamento de esgotos.

Além dos serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a Sabesp está habilitada a exercer atividades em outros Estados e países e atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. Também ampliou sua plataforma de soluções ambientais, assim, grandes clientes podem se beneficiar dos seus conhecimentos e da tecnologia para uso racional da água, destinação adequada dos esgotos e preservação do meio ambiente.

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR foi criada no dia 23 de janeiro de 1963 para cuidar das ações de saneamento básico em todo o Estado do Paraná. É uma empresa estatal, de economia mista, cujo maior acionista é o governo do Estado, com 60% das ações. A Sanepar tem como parceiro estratégico o Grupo Dominó, formado pelas empresas Andrade Gutierrez, Opportunity e Copel, que, juntas, detém 39,7% das ações. Está presente em 344 municípios do Estado do Paraná e 1 de Santa Catarina, além de 281 distritos ou localidades de menor porte, atendendo 9,0 milhões de pessoas com água tratada e 5,4 milhões com serviço de coleta e tratamento de esgoto.

4.2 Análise dos dados - CASAN

Foram analisadas as Notas Explicativas da Casan referentes às Demonstrações Financeiras Obrigatórias dos anos de 2007, 2008 e 2009 e as únicas referências encontradas foram acerca do convênio firmado entre a Casan e a Prefeitura Municipal de Flonianoópolis que trata da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário no município.

Esta Nota Explicativa foi encontrada na DFCs de 2007 e 2008.

4.3 Análise dos dados – COPASA MG

Nas Notas Explicativas de 2007 foram encontradas referências quanto a composição do Ativo Imobilizado, a ações judiciais ambientais e a uma cláusula contratual.

A informação sobre o Ativo Imobilizado trata do valor dos bens da conta Terrenos florestas/preservação ambiental que em 2007 somam um total aproximado de R\$ 95,4 milhões. A empresa informa que as possíveis ações judiciais provêm de supostos danos ambientais, construção de estações de tratamento de esgoto e investimentos em preservação do meio ambiente. A empresa menciona uma ação relevante no valor de R\$ 54.361 oriunda da

reparação de danos causados pelo despejo de dejetos no Rio São Francisco. A empresa estimou ainda a perda da ação como possível. Há também a informação de que a companhia celebrou vários Termos de Ajustamento de Conduta – TACs com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais versando sobre questões ambientais. A cláusula contratual se trata de um aditivo a um contrato firmado em decorrência do convênio de cooperação com a Copasa MG com vigência de 30 anos assegurando a prestação de serviço, firmado em 13 de novembro de 2002. O quinto item do termo aditivo, assinado em 30 de abril de 2004, trata da assumpção dos custos do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte – DRENURBS pela companhia no valor máximo de R\$ 170 mil.

Nas Notas Explicativas de 2008, a Copasa MG mencionou os termos da pesquisa ao tratar do Ativo Imobilizado, das contingências, de ações judiciais e cláusulas contratuais. Em relação ao Ativo Imobilizado a empresa informa que a conta Terrenos florestas/preservação ambiental aumentou seu valor para aproximadamente R\$ 98,9 milhões. A empresa cita novamente que vários de Termos de Ajustamento de Conduta – TACs foram acordados com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A empresa menciona a contingência para uma ação promovida pela Associação Verde Gaia de Proteção Ambiental na qual a requerente questiona o descumprimento ao disposto no artigo 2º. da Lei Estadual nº. 12.503/97, relativo à obrigação das empresas concessionárias de serviço de abastecimento de água investirem 0,5% de sua receita operacional na proteção e preservação ambiental da bacia hidrográfica explorada. A 1ª instância foi favorável à requerente e diante do posicionamento do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a contingência é apresentada como perda provável. Em 31 de dezembro de 2007 a ação tinha o valor de R\$ 2.076 e em 31 de dezembro de 2008, R\$ 2.226. Supõe-se que a companhia classificou a possibilidade de perda desta ação como improvável, ou remota visto que nas NEs de 2007 não era mencionada esta ação. Em 2008 a empresa torna a mencionar a ação judicial que trata do dano por despejo de dejetos no Rio São Francisco, mas corrige seu valor para R\$ 58.277. A cláusula contratual que a empresa menciona nas NEs de 2008 é a mesma de 2007, que trata do termo aditivo contratual na qual ela assumiu os custos do Programa DRENURBS.

Nas NEs de 2009, foram encontradas referências quanto a provisões de ações judiciais, novos TACs e cláusula contratual. As provisões tratam da ação movida pela Associação Verde Gaia de Proteção Ambiental e pela ação referente ao dano causado ao Rio São Francisco já mencionados nas NEs de 2007 e 2008. Os valores dessas ações foram reajustados para R\$ 2.289, e R\$ 60.705 respectivamente. A empresa menciona ainda a assinatura de novos Termos de Ajustamento de Conduta firmados com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Na maioria dos casos, os TACs tratam da realização de obras para a instalação ou melhoria de redes de saneamento básico e a construção de estações de tratamento de esgotos, para que o esgoto coletado não seja descartado sem tratamento diretamente em cursos d'água.

4.4 Análise dos Dados - SABESP

Nas Notas Explicativas do ano de 2007, as primeiras menções a temática ambiental encontra-se no objeto social da empresa que presta serviços de saneamento básico e ambiental. Ela menciona que atua sob a regulamentação da Lei nº. 11.445/07 de 05 de janeiro de 2007.

As provisões para contingências para processos cíveis, tributários, trabalhistas e ambientais contidas nas DFCs de 2007 apresentam valor líquido dos respectivos depósitos judiciais. Os gastos ambientais dos programas contínuos são registrados como despesas no

resultado do exercício a medida de sua ocorrência e tem por objetivo minimizar o impacto ambiental causado pelas operações da empresa e para a gestão dos riscos ambientais.

As Notas Explicativas, ainda de 2007, mencionam contratos que financiaram o programa de saneamento ambiental da Bacia de Guarapiranga e o programa de recuperação ambiental da região metropolitana da Baixada Santista. A companhia constituiu provisões para perdas prováveis em ações ambientais que somam um montante de R\$ 50.075. A companhia não constituiu provisão para perdas possíveis, porém fez o levantamento das ações nas quais é ré e estas ações somam em 2007 R\$ 514.400. A empresa define ações judiciais ambientais como processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos como a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB e o Ministério Público do Estado de São Paulo que visam impor multas por danos ambientais alegadamente causados pela empresa e descreve alguns destes processos. A Sabesp previne que os valores provisionados não são exatamente os desembolsados em função de variações não previstas nas estimativas.

A empresa descreve três acordos firmados com o Ministério Público com a finalidade de implantação de sistemas de tratamento de esgoto, compensação e cessação de danos ambientais alegadamente causados pela mesma. A companhia afirma não possuir seguro ambiental e de lucros cessantes.

As Notas Explicativas de 2007 ainda mencionam um convênio entre a companhia e o Município de São Paulo assinado com o objetivo de garantir a estabilidade na prestação de serviços públicos e saneamento básico e ambiental.

Em 2008, as NEs mencionam que em função da renovação de direitos de concessão a empresa assumiu o compromisso de participar financeiramente de ações sócio-ambientais pelo prazo de vigência do contrato, que são em sua maioria de 30 anos. Como no ano de 2007, em 2008 a companhia também cita as provisões para contingências para processos cíveis, tributários, trabalhistas e ambientais com valor líquido dos respectivos depósitos judiciais. Além disso, as NEs definem gastos ambientais da mesma maneira que no ano de 2007.

As NEs de 2008 também abordam o contrato de financiamento com o BNDES para o programa de recuperação ambiental da região metropolitana da Baixada Santista e informam que parte da receita da companhia é dada como garantia a este contrato, da mesma forma ela descreve novamente o financiamento com Japan Bank For International Cooperation – JBIC, também ligado a recuperação da Baixada Santista. Em função das ações judiciais de perdas prováveis a companhia provisionou, em 2008, para contingências o valor de R\$ 55.442. As ações com perdas possíveis somavam um montante de R\$ 25.200.

As ações ambientais de maneira geral visam proibir que o esgoto bruto seja despejado em certos cursos de água locais, pleiteiam recursos para danos ambientais não especificados e avaliados por peritos técnicos e exigindo a instalação e operação de instalações de tratamento de esgoto. As NEs de 2008 ainda falam de algumas das ações onde a empresa é ré e também processos com acordos firmados em 2008, quase em sua totalidade com o Ministério Público do Estado de São Paulo, inclusive detalhando monetariamente esses acordos.

Em 2008 a Sabesp torna a afirmar que não possui seguro ambiental e de lucros cessantes. Além disso, torna a descrever o convênio firmado com o Município de São Paulo em 2007 e afirma que em 11 de fevereiro de 2008 foi assinado o primeiro Termo Aditivo a este convênio.

Em 2009, as Notas Explicativas vem dar continuidade aos esclarecimentos prestados nas NEs do ano de 2008. A provisão de contingências de ações prováveis teve seu saldo atualizado para R\$ 58.531, as ações de perdas possíveis tem novo saldo de R\$ 44.300. No que tange as demais informações, as NEs de 2009 tomam o mesmo formato das NEs de 2008, adicionando atualizações de saldos e os novos termos aditivos ao convênio com o Município de São Paulo.

4.5 Análise dos Dados – SANEPAR

Nas Notas Explicativas da companhia Sanepar, ano de 2007, encontra-se informações acerca das questões ligadas ao meio ambiente onde a mesma afirma que, além das DFCs obrigatórias, ainda apresenta informações de natureza social e ambiental, mesmo estas não sendo requeridas pela legislação vigente. A Sanepar afirma também que suas operações estão sujeitas a riscos ambientais e para que estes riscos se atenuem, ela utiliza procedimentos operacionais rígidos e investe em equipamentos e sistemas de controle de poluição. Afirma também que as despesas ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são ativados. A companhia apresenta no seu Imobilizado em 2007 a conta de Proteção e Preservação Ambiental no valor de R\$ 2.866.

As Provisões para Contingências em 2007 também contemplam a área ambiental, a Sanepar afirma que o valor deste grupo em 31 de dezembro de 2007 era de R\$ 2.602 e está ligado a processos que envolvem diferentes entidades como o Instituto Ambiental do Paraná – IPA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. As NEs relatam que o valor está ligado a multas e valores arbitrados provenientes dos processos ambientais como os supracitados.

As Notas Explicativas de 2007 mencionam Reservas para Plano de Investimentos que correspondem ao lucro remanescente após a constituição da Reserva Legal. Estes investimentos são aplicados em projetos e obras nos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto conforme afirma a companhia, sendo que um destes projetos contempla o programa de Proteção e Preservação Ambiental que foi previsto no valor de R\$ 1.000 e realizado no valor de R\$ 800.

Como citado em parágrafo anterior, a companhia divulgou nas Notas Explicativas de 2007 informações sociais e ambientais complementares as DFCs e esta seção contempla os custos, gastos e investimentos em relação à coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos, investimentos e gastos com preservação e/ou recuperação de ambientes degradados, multas e indenizações, passivos ambientais (investimentos a realizar em unidades operacionais), processos ambientais, administrativos e judiciais contabilizados. Estes itens estão ligados ao título de Meio Ambiente que apresenta um montante de aproximadamente R\$ 427.067.

As Notas Explicativas do ano de 2008 tornam a mencionar que a companhia divulga informações complementares de cunho social e ambiental; que suas operações estão sujeitas a riscos ambientais amenizados por procedimentos operacionais rígidos e investimentos em equipamentos e sistemas que controlam a poluição; que as despesas ambientais quando incorridas são lançadas ao resultado e que os investimentos nos equipamentos e sistemas novos são capitalizados. A conta de Proteção e Preservação Ambiental pertencente ao Imobilizado teve seu saldo atualizado para R\$ 1.901. As NEs de 2008 tornam a mencionar também que as provisões para contingências ambientais estão ligadas a processos que envolvem diferentes entidades como o IPA e o IBAMA, sendo que seu saldo passou a ser de R\$ 9.693. O programa de Proteção e Preservação Ambiental que se encontra dentro das Reservas para Planos de Investimentos, em 2008, foi previsto no valor de R\$ 500 e realizado no valor de R\$ 13, de acordo com o mencionado nas Notas Explicativas. Na seção complementar de informações sociais e ambientais, os itens ligados ao título de Meio Ambiente, conforme citado nas NEs de 2007 passam a somar aproximadamente R\$ 431.430.

Em 2009, as Notas Explicativas mantém a mesma consistência das NEs de 2008 e 2007, tornam a ter as mesmas abordagens sobre os mesmos itens no que diz respeito à questão ambiental e mencionam a atualização dos saldos, que em relação ao Imobilizado, conta de Proteção e Preservação Ambiental teve o valor de R\$ 2.210; As Provisões para Contingências apresentaram novo saldo de R\$ 8.274; O programa de Proteção e Preservação Ambiental que

foi previsto no valor de R\$ 1.000 e realizado no valor de R\$ 875 e os itens sob o título de Meio Ambiente encontrados na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental chegaram ao montante aproximado de R\$ 456.868.

5 Conclusões e sugestões para trabalhos futuros

O meio ambiente nos dias atuais é fator importante na continuidade das empresas tendo elas ligação direta ou indireta com ele. No caso das companhias de tratamento de água e esgoto essa questão fica mais evidente, visto que as mesmas precisam interferir diretamente na natureza para poderem prestar seus serviços.

As informações contidas nas Demonstrações Financeiras Obrigatórias das companhias analisadas apresentaram alguns dados referentes ao meio ambiente, mas foram nas Notas Explicativas que se pôde constatar todos os eventos que envolveram estas companhias e os recursos naturais.

Estas informações apesar de não serem obrigatórias ainda, são de grande valia, pois é necessário saber como tais empresas cuidam do ambiente em que estão inseridas e como é sua relação com os *stakeholders*. Apesar de possuírem receitas diferentes, todas mencionaram algum dado sobre o meio ambiente, mas percebeu-se que algumas delas informam mais que outras. A hipótese proposta é a de que isso aconteça devido ao número de habitantes atendidos (consumidores), o volume de serviços prestados, a quantidade de ações que de algum modo agridem ou protegem o meio ambiente. Em relação à companhia Casan (SC) especificamente, poucas foram as informações encontradas sobre meio ambiente, entretanto a empresa cobre a maior parte do serviço de distribuição de água e tratamento de esgoto no Estado onde atua. Este e outros fatores deveriam fazer com que a empresa divulgasse mais informações sobre o assunto em questão.

Fica claro que a evidenciação de informações sobre recursos naturais, quando afetados ou não pelas empresas, terá cada vez mais espaço tanto nas Demonstrações Financeiras Obrigatórias quanto nas Notas Explicativas das companhias, o que beneficia todos os tipos de usuários destas informações, sejam eles leigos ou não.

Sugere-se para trabalhos futuros analisar se estas empresas utilizam outros meios para comunicação de informações ambientais aos seus *stakeholders* tal como o Relatório de Administração ou o sítio eletrônico institucional. Sugere-se também realizar este estudo em outros ramos de empresas que também exploram os recursos naturais tais como: produção de gás e energia elétrica, extração mineral e siderurgia e produção de papel e celulose.

Referências

BACKER, Paul de. **Gestão ambiental: a administração verde**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

BOLSA DE VALORES MERCADORIAS E FUTUROS DE SÃO PAULO (São Paulo). **Empresas Listadas**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?Idioma=pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitu%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 10 de julho de 2010.

BRASIL. Lei nº. 6.404/76. Dispõe sobre as Sociedades por Ações: Compilada com a Lei 11.638/07 e 11.941/09. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404compilada.htm>.

Acesso em: 10 de julho de 2010.

_____. **Lei nº. 6.938/81.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938compilada.htm>.

Acesso em: 10 de julho de 2010.

_____. **Lei nº. 9.605/98.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm>

Acesso em: 10 de julho de 2010.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade ambiental.** 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2008.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO. (Santa Catarina).

Companhia. Disponível em: <<http://www.casan.com.br/index.php?sys=2>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. (São Paulo).

A Sabesp. Disponível em: < <http://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaoId=3>>.

Acesso em: 10 jul. 2010.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS. (Minas Gerais). **Visão Geral e**

Histórico. Disponível em: < <http://www.copasa.com.br/ri/>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ. (Paraná). **Histórico.** Disponível em:

http://www.sanepar.com.br/sanepar/CalandraKBX/calandra.nsf/0/BFC408CDC96FB9AB83257035006F6BDA?OpenDocument&pub=T&proj=InternetSanepar&sec=Internet_ASanepar.

Acesso em: 10 jul. 2010.

DIAMOND, Jared. **Colapso:** como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Rio de Janeiro (RJ): Record, 2009.

FERGUNSON, Niall. **A Lógica do Dinheiro.** Rio de Janeiro: Record, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HEERDT, Luiz; LEONEL, Vilson. **Metodologia Científica e da Pesquisa:** livro didático. Palhoça: UnisulVirtual, 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade.** 9. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAS E FINANCEIRAS. **Manual de**

contabilidade das sociedades por ações: aplicável também as demais sociedades. 7. ed. rev. e atual São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LERÍPIO, Alexandre De Ávila. **GAIA:** um método de gerenciamento de aspectos e impactos ambientais. Florianópolis, 2001. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.

NASÁRIO, Leslie. **Contabilidade ambiental:** A preocupação empresarial com o meio ambiente através da evidenciação da terminologia comumente empregada nas Demonstrações Contábeis publicadas no Brasil. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis). Florianópolis: UFSC, 2002. – Orientação José Alonso Borba.

PFITSCHER, Elisete Dahmer. **Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e controladoria ambiental :** estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico. Florianópolis, 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHENINI, Pedro Carlos; RENSI, Francini; CARDOSO, André Coimbra Felix. Responsabilidade Social Corporativa: Balanço Social. In: SCHENINI, Pedro Carlos. **Gestão Empresarial Sócio Ambiental.** Florianópolis: [s.n.], 2005. Cap. 2, p. 35-60.

SEIFFERT, Mari Elizabeth Bernardini. **Gestão ambiental:** instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo: Atlas, 2007.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; SHIGUNOV, Tatiana; CAMPOS, Lucila Maria de Souza. **Fundamentos da gestão ambiental.** Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental.** São Paulo: Atlas, 2004.

TRIGUEIRO, André. **Mundo sustentável:** abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação. São Paulo: Globo, 2005.